

Salvem os ricos

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação

Antes de adquirirem seus privilégios de consumo, os ricos e as classes médias dos países desenvolvidos enriqueceram a sociedade onde viviam. Enriqueceram, desempobrecendo o país. Puderam ser ricos depois de distribuírem renda e os serviços básicos à população. Para isso, investiram em educação, ciência, tecnologia, inovação, competitividade para aumentar a produtividade e a renda per capita. No Brasil, desde seu início, a elite preferiu adquirir privilégios concentrando renda, sem esperar aumento na produtividade e na renda social. Escolheu o caminho de concentrar a pouca renda de muitos para dar renda elevada a poucos: a riqueza com pobreza.

Graças a essa concentração, apesar da baixa renda per capita do país, nossa minoria rica sempre teve padrões de consumo e de serviços superiores às elites dos países desenvolvidos. Dispõem de moradias luxuosas, em áreas urbanizadas com recursos negados aos pobres, que vivem sem água, nem tratamento de esgoto. Os filhos estudam em escolas especiais, a custos que vão até 30 vezes mais do que os gastos do setor público com as crianças pobres. A riqueza brasileira foi construída sobre a pobreza, da mesma forma que até 1888 era sobre a escravidão, substituída pela apartação.

Para manter a opção de formar riqueza concentrando renda, o Brasil precisou manter sua sociedade dividida: de um lado os ricos, quase sempre brancos, de outro, os pobres separados por muros, catracas,

crachás, contas bancárias. Sobretudo em escolas separadas, para perpetuar o vicioso círculo da pobreza que passa de pai para filho. Essa opção não dura para sempre. A desigualdade já obriga os ricos brasileiros a morarem fora do Brasil — verdadeiro ou no exterior.

A minoria privilegiada brasileira está tão viciada em seus padrões de vida que não adianta pedir-lhe sacrifícios para melhorar a vida dos mais pobres. Ao contrário, cada vez que fica difícil manter a desigualdade, no lugar de distribuir, opta por concentrar mais. Para se proteger, prefere a prisão de ouro dos condomínios fechados, no lugar de pagar mais impostos para colocar saneamento nos bairros; escolhe gastar fortunas em escolas privadas dos filhos, em vez de apoiar a implantação de um sistema público gratuito para todos; aceita ficar horas presos no trânsito, a financiar e usar transporte público de qualidade. Adora andar de metrô na Europa, mas aqui investe na infraestrutura viária para seguir nos carros privados com vidro fumê.

É preciso ajudar os ricos para que não se afoquem no excesso de riqueza. Ajudá-los a salvar seus filhos isolados do Brasil em condomínios fechados, escolas especiais, shoppings comerciais, mentes egoístas e imediatistas; dependendo de seguranças ou obrigando-os a emigrar para o exterior, perdendo o país deles. A maneira de salvar os ricos é elevar as condições educacionais de todas as crianças e com isso aumentar a produtividade

para gerar renda social elevada e distribuí-la, conforme o talento e o esforço de cada pessoa.

Ajudar os ricos é convencê-los de que, com menos privilégios exclusivos, poderiam viver melhor em um país educado e com boa distribuição de renda: uma riqueza sem pobreza no lugar da atual riqueza graças à pobreza. Não precisarão viver confinados, nem emigrar. Ajudar os ricos é convencê-los de que escola de qualidade apenas para seus filhos não enriquece o país, porque cada cérebro sacrificado é um capital perdido para todos os brasileiros. A salvação dos ricos exige elevar a renda social graças ao aumento da produtividade na economia e distribuí-la com justiça. O caminho é educação de base para todos.

O vício da elite, ao longo dos 500 anos de escravidão, desenvolvimentismo, império, república, democracia e ditadura impedem entender que a distribuição de renda e o investimento em educação, saúde, transporte público elevariam a qualidade de vida dos próprios ricos. A elite não será convertida, moral ou politicamente, a perder privilégios que há séculos a viciou e cegou. Prefere o suicídio, naufragando nas ruínas sociais de um país mergulhado na pobreza e na injustiça, para manter a insustentável riqueza que deslumbra no presente, mas asfixia o presente. É preciso ajudar os ricos a serem egoístas-inteligentes, buscarem sustentabilidade para a riqueza, fazendo-os perceberem que serão mais ricos na proporção que a pobreza diminui.

De mãos dadas com o futuro

» MÁRCIO LOPES DE FREITAS

Presidente do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

O cooperativismo é o modelo de negócios do futuro. Essa frase pode até parecer clichê, mas sua mensagem é real. O mercado está cada vez mais atento e em busca de uma economia de propósito, que se estrutura na filosofia da união de pessoas, atende às necessidades do coletivo e promove a autonomia de seus associados. E as cooperativas são o melhor exemplo de que, unidos por um propósito, podemos transformar o mundo em que vivemos em um lugar mais justo, inclusivo e próspero.

Os números do setor provam cada vez mais essa realidade. Divulgado pelo Sistema OCB no dia 29 de julho, o Anuário Coop 2022 — Dados do Cooperativismo Brasileiro mostra que, novamente, o movimento registrou crescimento significativo mesmo com todos os desafios impostos pela crise sanitária causada pela covid-19. Já somos 18,8 milhões de cooperados distribuídos em 4.880 cooperativas, localizadas em todas as regiões do país, percentual 10% superior ao medido no período anterior.

Esses 18,8 milhões representam 8% da população brasileira, o que expressa a base sólida do movimento cooperativista e o quanto nosso modelo de negócios tem sido cada vez mais procurado pela população. A preocupação com a comunidade, o compartilhamento de interesses mútuos, a transparência nas ações de gestão e governança e a valorização dos aspectos sociais, entre outros princípios que guiam as nossas cooperativas, demonstram que somos cada vez mais essenciais na nova economia.

E não é só no número de cooperados que o movimento se destaca. Os indicadores financeiros também comprovam a solidez e o avanço do setor. Em 2021, nossos ingressos subiram para R\$ 525 bilhões, 26% a mais do que em 2020. Em dois anos, esse crescimento foi de 70%. Além disso, a distribuição das sobras do exercício somou R\$ 36,7 bilhões, 60% a mais do que em 2020 e 148% no acumulado de dois anos.

A geração de empregos diretos é outro destaque do movimento. Em 2021, o número de postos de trabalho nas cooperativas brasileiras chegou a 493,3 mil, com evolução de 8,4% em relação ao período anterior. No acumulado de dois anos, nossas cooperativas incorporaram 15,4% a mais de trabalhadores, um resultado que não podemos deixar de exaltar, principalmente se considerarmos a crise econômica que o país vem enfrentando. Além disso, registramos aumento na participação feminina. As mulheres já são 49% dos cooperados e ocupam 20% dos cargos de liderança.

A solidez e a capacidade de adaptação às mais diversas situações das cooperativas é, com certeza, uma das razões que explicam os dados positivos do Anuário e nos dão a certeza de que o movimento continuará crescendo, sendo cada vez mais percebido pela sociedade e incorporado como o modelo de negócios do futuro. É nos momentos de crise que o cooperativismo consegue mostrar ainda mais a sua força e comprovar que seus ideais são plenamente compatíveis com as exigências que o mercado impõe constantemente.

Para ilustrar essa capacidade de adaptação, temos outro dado significativo. No Brasil, 70% das empresas fecham suas portas antes mesmo de completarem 10 anos de atuação. No cooperativismo isso também é diferente. Mais de 2,5 mil cooperativas estão no mercado há mais de 20 anos e 597 delas possuem mais de 40 anos de existência.

Para quem já faz parte desse movimento, nada disso é novidade. Mas é sempre importante reforçar que o cooperativismo vai muito além de um simples modelo econômico. Ele representa um jeito diferente de pensar, de viver e de fazer negócio, que direciona nossas ações tanto na vida pessoal quanto profissional. É um movimento baseado em princípios, com perenidade. Seu valor não se limita ao reconhecimento como organizações com diferenciais e vantagens competitivas. Ele está nas pessoas, na proximidade, no relacionamento e na busca da prosperidade para todos os envolvidos diretamente em suas atividades, assim como para as comunidades ao seu redor. É olhando juntos para a mesma direção que conseguimos as maiores conquistas. E é com esse objetivo que o cooperativismo vai continuar desenvolvendo suas ações em prol de um país cada vez melhor.



A era da insensatez

» JORGE FONTOURA

Professor e advogado

Em momento de notável retrocesso da consciência civilizada da humanidade, a não bastar o rescaldo trágico da pandemia inconclusa, o mundo vê-se aprofundar em crises internacionais desnecessárias e inoportunas. Assim, com a ordem mundial colapsada com a guerra eslava, mas não apenas eslava, e que se espalha e contamina, agosto começa impiedoso, de noticiário sempre a renovar nossa surpresa e espanto.

Longe de desejável apaziguamento que o tempo requer, a geopolítica inflamada parece agravar-se na órbita das superpotências, de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas a ignorar seus deveres jurídicos com a solução pacífica de controvérsias, com a segurança coletiva e a manutenção da paz. Afinal, países constituídos como fiadores máximos da ordem mundial, superpotências atômicas detentoras de poder de vigiar, de punir e de vetar. Quem agora haverá de vigiar os vigilantes?

Na escalada de insensatez que nos assola, a crise provocada pela visita da presidente da Câmara de Deputados americana Nancy Pelosi a Taiwan (ou à

ilha de Formosa, na designação original dos navegadores portugueses) parece conformar o estado da arte de política externa errática e inoportuna. Abstraídos aspectos de conjuntura interna dos contendores, as eleições legislativas de meio mandato nos Estados Unidos, a par da busca de onipotência estratégica por Xi Jinping, perto de ampliar seu mandato — inimigos externos são sempre os melhores cabos eleitorais — nada pode justificar o risco de jogar com fogo. Ou com bombas atômicas.

Thomas Friedman, exímio analista de política externa norte-americana, não usou meias palavras em relação à viagem da representante americana à ilha rebelde da China, a mínima, mas simbólica, Taiwan: “a visita é imprudente, perigosa e irresponsável. Nada de bom sairá disso”. E mais: “Perseguir qualquer coisa que não seja uma abordagem equilibrada seria erro terrível, com consequências vastas e imprevisíveis”.

Assim como há na Rússia a ideia-força de perentimento das “ucráncias”, literalmente, a significar fronteiras, tomadas como fronteiras estendidas,

dogma do Kremlin, para a China, também questão interna, Taiwan é de Pequim. Embora não sejam convicções isentas de dúvidas históricas, políticas e jurídicas, não parece prodígio de inteligência entender não ser este o momento de desafios e de jogos de guerra de consequências imprevisíveis, em cotejo de ogivas com incalculáveis megatons, de arsenais nucleares infinitos, a poder destruir o planeta em átimo de segundos.

A questão fundamental parece em aberto: se na acomodação diplomática do pós-guerra fria foi possível um *modus vivendi* a evitar agendas insólúveis, estaria agora a história a acelerar-se rumo à intolerância fatal? Estaríamos no vórtice de terceira guerra mundial? Mesmo com o equilíbrio nuclear que impediria nova guerra, na certeza de não haver vencedores na destruição de tudo e de todos? Teria o senso inteligente da humanidade esquecido das calendas de agosto, dias 6 e 9, de Hiroshima e de Nagasaki, 1945? Poderia na era da insensatez a história estar a repetir-se ainda que como farsa? Como a última farsa?